



Mortos na ditadura

Promessa de Lula, retomada de comissão emperra e MP reage

— Dissolvido no governo de Jair Bolsonaro, colegiado investigava destino dos corpos dos desaparecidos na ditadura; Casa Civil sustenta que ainda há trâmites burocráticos a seguir

WESLEY GALZO
BRASILIA

Era março de 2023, pouco mais de dois meses após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tomar posse, quando o ministro dos Direitos Humanos, Silvío Almeida, se reuniu com cerca de 150 familiares de pessoas que foram vítimas da ditadura militar. Na ocasião, ele disse às famílias que já havia deliberado sobre a recriação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e que faltava apenas a decisão de Lula. Mais de um ano depois, a situação segue inalterada e não há perspectivas de que o colegiado volte a funcionar no curto prazo.

A comissão, criada em 1995 com o objetivo de reconhecer pessoas mortas ou desaparecidas durante a ditadura e despachar sobre pedidos de indenização de familiares, foi extinta no final do governo Jair Bolsonaro (PL), quando faltavam 15 dias para o ex-presidente deixar o Palácio do Planalto.

Com a chegada de Lula ao governo, Almeida anunciou que a recriação do colegiado era uma das principais metas da sua gestão. Mas, com o passar do tempo, a proposta elaborada pela pasta dos Direitos Humanos travou na Esplanada dos Ministérios, onde ministros atribuem uns aos outros a responsabilidade pela inexistência do órgão. Procurada, a Casa Civil alegou que processo precisa passar por diferentes fases de discussão.

'PASSADO'. Em entrevista concedida no mês passado à Rede TV, o presidente Lula declarou que não quer "ficar remoendo o passado". Lula se referia à efeméride de 60 anos do golpe militar, que acontecerá nos dias 31 deste mês e 1º de abril.

Ele argumentou na ocasião que o golpe de 1964 "faz parte do passado", que "quer tocar o País para frente" e que se preocupa mais com a tentativa de golpe ocorrida em janeiro de 2023 do que com a efetivada décadas atrás.

O Ministério dos Direitos Humanos, por exemplo, teve que desfazer os preparativos de um evento que aconteceria

Para lembrar

Extinção se deu a 15 dias do fim da gestão Bolsonaro

A quinze dias do fim do governo Jair Bolsonaro, aliados do então presidente aprovaram a extinção da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos. O órgão, criado em 1995 na gestão Fernando Henrique Cardoso, era vinculado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Por maioria

Tinha a função de investigar crimes praticados durante a ditadura militar. A dissolução

foi aprovada por maioria na própria comissão, em sessão extraordinária, por quatro votos a três. Em seguida, a portaria foi assinada por Bolsonaro. Na época assessor da então ministra e presidente do órgão, o advogado Marco Vinícius Pereira de Carvalho convocou o colegiado, cuja maioria dos sete membros era ligada ao então presidente.

DNA

Entre os casos de maior destaque investigados pela Comissão está a morte do ex-deputado Rubens Paiva, sequestrado e torturado pelos militares. Desde o início de seu governo, Bolsonaro se mostrava contra a

investigação sobre as mortes. Em aberto, algumas estão à espera da análise do DNA de corpos que seriam supostamente de vítimas.

Reparação

A Constituição de 1988 determinou o esclarecimento de violações no período da ditadura militar, com a previsão de responsabilização do Estado brasileiro pelos crimes. A busca era por reparação financeira às famílias das vítimas, visto que a Lei da Anistia, de 1979, não prevê imputação criminal aos eventuais responsáveis. Em 2019, Bolsonaro nomeou aliados e ganhou maioria na comissão.

Um funcionário com acesso às áreas deliberativas da pasta da Justiça relatou que a atual gestão não tinha conhecimento da necessidade de uma nova manifestação sobre o tema. Além disso, a Justiça informou em nota que ainda não recebeu, para análise, a minuta do decreto que recria a comissão.

VERSÕES. A pasta chefiada por Silvío Almeida vai enviar a minuta para que seja analisada por Lewandowski. A equipe dos Direitos Humanos quer mostrar que fez tudo ao seu alcance para destravar a comissão. Funcionários de diferentes pastas envolvidas neste processo atribuem a paralisação à Casa Civil. Contudo, também há a avaliação de que a recriação da CEMDP se tornou, na prática, uma espécie de "jogo de empurrar" entre as diferentes áreas do governo.

O posicionamento recente do presidente nos temas relacionados à ditadura é alvo de críticas de familiares das vítimas. Ivo Herzog classificou como "vergonhosa e desrespeitosa com as famílias" a paralisação do governo no processo de retomada da comissão. Para ele, o movimento dos ministros de terceirizar a responsabilidade sobre o tema não esconde que "o principal responsável é o presidente Lula".

"Se um dos seus ministros não está fazendo o suficiente, ele tem poder para trocar esse ministro", sustentou. "São famílias que esperam justiça há muitas décadas, portanto tem vários familiares com idades muito avançadas. Isso demonstra uma total falta de respeito humano por parte do governo, o qual quem lidera é o presidente Lula. Então, a responsabilidade é dele e de ninguém mais", prosseguiu Ivo Herzog.

"A pergunta que tem que ser feita ao presidente Lula é: por que ele quer dar seguimento a uma política de Estado do governo Bolsonaro de desrespeito à Justiça e aos mortos e desaparecidos?", questionou. E completou: "Se até o Ministério da Defesa deu um parecer favorável à recriação do ponto de vista técnico e jurídico, é uma questão de caráter pessoal do presidente Lula essa oposição ao processo".

no dia 1º de abril no Museu Nacional da República.

O petista se alinha a declarações recentes de militares, como o presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Joseli Parente Camelo. Em entrevista ao jornal O Globo, ele afirmou que a recriação da Comissão de Mortos e Desaparecidos é "completamente desnecessária" e seria equivalente a "olhar para o retrovisor".

Para Ivo Herzog, filho do jornalista Vladimir Herzog, Ivo Herzog, presidente do Conselho do instituto que leva o nome do pai, assassinado pela repressão política durante a ditadura, "só aquelas pessoas que não têm orgulho do seu passado querem que as histórias não sejam contadas". "Se as pessoas têm orgulho do seu passado, não devem nada, elas deveriam apoiar que a nossa história fosse contada", disse.

MINUTA. O Ministério dos Direitos Humanos elaborou uma minuta de decreto que estabelece "as medidas administrativas e jurídicas para o restabelecimento" da comissão. O texto foi submetido à análise técnica da Advocacia-Geral da União (AGU) e dos ministérios da Defesa e da Justiça ainda em 2023. A proposta elaborada pela equipe de Almeida colheu pareceres favoráveis das três pastas. Nem mesmo a área ligada aos militares apresentou resistência: "A análise do mérito apontou que não há impedimentos jurídicos para a reativação do grupo", atestou

a Defesa. Mesmo assim, o projeto empacou na Casa Civil.

A área chefiada pelo ministro Rui Costa não explicou o que impediu a instalação do colegiado no primeiro ano do governo Lula e ainda atribuiu a paralisação do processo a um fato ocorrido somente em 2024. De acordo com a Casa Civil, o parecer elaborado pelo Ministério da Justiça durante a gestão do ex-ministro Flávio Dino não vale mais.

"É necessário aguardar o pronunciamento do novo titular do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Ricardo Lewandowski) acerca da concordância com o conteúdo proposto", alegou a pasta em res-

lhos da CEMDP devem prosseguir para permitir a perfeita execução das condenações impostas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos ao Brasil", diz o documento. A expectativa dos procuradores é a mesma das famílias: que sejam identificadas causa e local do sepultamento dos corpos dos 144 mortos durante o regime.

O Ministério Público Federal declara ainda que a extinção do colegiado impediu o cumprimento integral dos seus objetivos, como o recolhimento dos restos mortais de integrantes da Guerrilha do Araguaia. E recomendou que sejam destinados recursos para a retomada dos trabalhos.



"Por que o presidente Lula quer dar seguimento a uma política de Estado do governo Bolsonaro?"

Ivo Herzog
Filho de Vladimir Herzog

posta à reportagem. O atual ministro tomou posse no dia 1º de fevereiro deste ano.

A pasta ligada à Presidência ainda disse que será feito um "balanço interno dos atos desenvolvidos previamente pela Comissão, até a sua extinção".

PROCURADORES. O Ministério Público Federal (MPF) apresentou no último dia 7 de março uma recomendação ao Ministério dos Direitos Humanos para que o colegiado seja recriado em 60 dias. "Os traba-

De acordo com a Casa Civil, "qualquer matéria em discussão no governo tem seu rito e precisa passar por diferentes fases de discussão. Diante disso, é incorreto supor que uma proposta, ao chegar na Casa Civil, será automaticamente aceita sem que seja garantida a possibilidade de ampla manifestação de todos os atores envolvidos". Somente no último dia 13 o Ministério dos Direitos Humanos foi informado pela Casa Civil de que deveria colher o parecer de Lewandowski.